

INDIVÍDUO E INSTITUIÇÃO: O PAPEL DE PLÍNIO, O JOVEM DURANTE O ALTO IMPÉRIO ROMANO

ALEX APARECIDO DA COSTA*
RENATA LOPES BIAZZOTTO VENTURINI[†]

RESUMO

A época do Principado romano, no campo político e social, é marcada pelas reminiscências da República, que mesmo após mais de cem anos de sua queda ainda estão presentes no período de Trajano. O presente artigo buscou em um primeiro momento propor uma discussão a partir da leitura da bibliografia sobre a ordem senatorial, sobre a vida de Plínio, o Jovem e sua obra o *Panegírico de Trajano* e ainda sobre o papel de cada em um contexto político no qual tradição e inovação caminharam juntas na configuração de um regime ambíguo. Posteriormente as contribuições da antropóloga Mary Douglas e do sociólogo Pierre Bourdieu permitiram uma análise mais aprofundada do Senado como uma instituição composta por regras e ideias que orientavam os grupos em seu interior, em um dos quais Plínio, o Jovem exerceu sua carreira pautado nas tradições da ordem e nas demandas políticas que envolveram sua época.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem senatorial; principado; política; tradições.

ABSTRACT

The time of the Roman Principality regarding the political and social life is marked by reminiscences of the Republic, which even after a hundred years of fall still is present in the period of Trajan. This paper aims first to discuss by reading the literature on the senatorial order, about the life of Pliny the Younger and his work *Panegyric of Trajan* and also on the role of each in a political context in which tradition and innovation walked together in setting up an ambiguous scheme. Later, the contributions of anthropologist Mary Douglas and sociologist Pierre Bourdieu enabled further analysis of the Senate as an institution made up of rules and ideas that guided the groups inside, in one of which Pliny the Younger exercised his career based on the traditions of order and political demands involving his time.

KEYWORDS: Senatorial order. Principality. Politics. Traditions.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM; pesquisador do Laboratório de Estudos Antigos e Medievais. Email: aleks_1979@hotmail.com

[†] Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UEM; doutora em História Social pela USP. E-mail: relobia@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O *Panegírico de Trajano* é um discurso político que foi proferido por Plínio, o Jovem no ano 100 d. C., na ocasião em que o autor assumia sua magistratura consular para a qual fora indicado pelo imperador que dá título à sua obra (DURRY, 1972). Trata-se de uma *gratiarum actio*, discurso comumente pronunciado diante do Senado em agradecimento ao príncipe. Durante a época do Principado, a ordem senatorial havia perdido muitas de suas prerrogativas políticas. O poder estava concentrado nas mãos do *princeps* que nomeava para os cargos administrativos aqueles entres os senadores que por seu apoio e capacidade pudessem contribuir para a manutenção do império. Regime ambíguo, o Principado ainda não consolidara o poder pessoal e tampouco alijara a aristocracia senatorial de sua posição retora. Apesar de colocado acima da cúria, o príncipe precisava de seu apoio para equilibrar-se no poder. Entre as principais análises que temos desenvolvido com base nessa obra, a principal gira em torno da construção da imagem idealizada do príncipe, caracterizada principalmente por noções que podem ser atribuídas à sobrevivência de valores republicanos às portas do século II. Seguindo esse caminho, novas leituras constantemente nos têm possibilitado melhorar a qualidade de nossos estudos que avançam cada vez mais, de explicações generalizantes para outras mais acuradas. Nossas primeiras leituras nos levaram a conclusões que indicavam que Plínio, o Jovem idealizava um príncipe virtuoso, moderado e clemente, posteriormente aprofundamos nossos conhecimentos a respeito das ideias morais e políticas romanas e compreendemos que a construção do autor estava baseada nos conceitos de *virtus* e *mos maiorum*, tradições ancestrais romanas pelas quais o homem político deveria pautar sua conduta. Nessa fase observamos que a filosofia estoica contribui para essa construção, na medida em que legitima a figura do governante sábio e de moral elevada que vemos ser atribuída ao príncipe no *Panegírico de Trajano*. No presente artigo arrolamos às análises até agora desenvolvidas algumas contribuições de Douglas (2007) e Bourdieu (2007). Esses autores, respectivamente com seus estudos antropológicos e sociológicos, nos permitem apresentar uma proposta de estudo que situe autor e obra no interior da instituição em que estavam inseridos. As linhas que se seguem pretendem demonstrar a partir dos argumentos dos autores citados que Plínio, o Jovem, apesar de imbuído de ideias tradicionalmente senatoriais, não foi um simples porta-voz de sua

instituição – antes disso, embasado nelas, agiu segundo as opções oferecidas pelas circunstâncias políticas em que estava inserido.

O ADVENTO DO PRINCIPADO E A REACOMODAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Toda discussão sobre a época do Principado não pode prescindir da, ainda que sintética, exposição das causas que lhe possibilitaram o advento. A queda da República romana é creditada à falência funcional de instituições criadas para a manutenção de um sistema político municipal, mas que geraram poder para a construção de um império cuja abrangência social e geográfica as tornou obsoletas. Esse processo de esgotamento se deu, segundo Mendes (1988), por um conjunto de fatores, entre os quais essa autora destaca principalmente a divisão desigual dos lucros obtidos pelas conquistas imperiais romanas, que vieram a favorecer exclusivamente a aristocracia senatorial. Essa situação acarretou conseqüentemente a formação de grandes propriedades, já que a aristocracia monopolizou o controle das terras conquistadas e também daquelas dos camponeses arruinados devido à obrigatoriedade do serviço militar que lhes impossibilitava cultivá-las durante longos períodos, levando-os a endividamentos irreversíveis. As campanhas militares vitoriosas permitiram a essa aristocracia terratenente desfrutar do contingente de mão de obra escrava oriundo das regiões sob o domínio de Roma. Assim, sem terras e sem trabalho, o campesinato empreendeu um êxodo rural, provocando em Roma uma explosão demográfica. Em um processo que se autoalimentava das mudanças que provocava, os elementos proletarizados vindos do campo abriram caminho para uma nova transformação.

Como as campanhas militares demandavam contingentes cada vez maiores e de caráter permanente, o recrutamento militar deixou de exigir posses, necessárias para o armamento do soldado, e passou a aceitar nos quadros das legiões esses camponeses, que passaram a ser recompensados com os espólios das guerras que empreendiam sob o comando de líderes carismáticos. Essa situação serviu de plataforma para políticos que ambicionavam o poder pessoal. Apoiados nesses exércitos, que lhes votavam mais lealdade do que às leis da República, e na crescente população urbana, que via neles a liderança para a luta contra a opressão, criaram o chamado partido popular para agir contra os *optimates*, representantes da aristocracia senatorial que defendiam a primazia

das leis e valores tradicionais da República diante das tentativas reformistas que vinham sendo empreendidas desde o tribunado dos Gracos. Mendes (1988) ressalta ainda, dentro desse processo de desagregação da República, a cisão de interesses dentro do próprio seio do grupo dirigente de Roma que opôs os grupos de publicanos equestres, interessados nos contratos públicos, aos senadores, de cujas decisões administrativas os primeiros dependiam para o exercício de seus negócios. Esse quadro também forneceu elementos para a disputa entre populares e *optimates*, que abandonou o debate político e declinou para a violência entre os magistrados e para conflitos militares que levaram Roma às guerras civis.

Diante da impossibilidade reformista, Roma teve de empreender uma inevitável mudança que, se não apagou totalmente as tradições republicanas, afastou-as do exercício do poder juntamente com seus defensores mais ferrenhos. O império demandava uma administração mais centralizada e os conflitos da República agonizante abriram caminho para o exercício do poder pessoal. Desde os Gracos ficou demonstrada a possibilidade da ascensão de um líder capaz de polarizar em si a luta contra a aristocracia, posição encampada posteriormente por outros líderes. Ao encontro dessas transformações vieram ideias gregas que favoreceram o espírito individualista, em especial a filosofia estoica, cuja valorização da figura do sábio deu sustentação àqueles que buscavam o poder pessoal, que foi posto em prática de fato primeiramente por Júlio César, cujo projeto político autoritário que despojou o Senado de sua posição reitora suscitou no seio da ordem reações que culminaram com a conspiração que o assassinou em 44 a. C. Então, coube a seu sobrinho e herdeiro político Otávio o desafio de estabelecer o exercício do poder centralizado, sem, contudo, alijar completamente a aristocracia de suas posições tradicionais, pois

César quis ser mais do que poderia ser, pois o ideal republicano ainda era forte e incompatível com a existência de um poder absoluto vitalício, na iminência, possivelmente de se tornar realeza. Portanto, seu programa de governo constitui-se num exemplo, mas sua morte uma advertência (MENDES, 2006, p. 24).

Portanto o novo regime nasceu pleno de ambiguidades, pois Augusto, atento aos exemplos de seus antecessores na escalada do poder pessoal, soube conciliar inovações e tradições. Intitulando-se restaurador da ordem republicana, não atraiu para si o ranço do

Senado para com o poder pessoal. A história do sucesso ou fracasso de seus sucessores pode ser mensurada a partir do nível de entendimento com essa ordem, da qual procuraremos compreender o comportamento durante a época do Principado.

A ORDEM SENATORIAL

Apesar de a ordem senatorial ter sido o baluarte das tradições da República, observamos que durante o Principado tal estrato não se constituiu em um bastião coeso de oposição a Augusto e seus sucessores. Em seu interior podemos observar grupos distintos atuando inclusive em favor do novo regime, o que nos direciona a recusar explicações generalizantes que oponham Senado e Principado. Conforme veremos, as circunstâncias modularam o ranço da ordem contra o regime pessoal. Alföldy (1989) oferece-nos uma série de informações a respeito do *ordo senatorius* que atestam sua heterogeneidade. Segundo ele, apesar da mudança de regime a matriz econômica do império manteve-se ligada à agricultura e por isso os elementos da ordem senatorial, cujo *status* era medido pelas posses fundiárias, mantiveram as altas posições que ocupavam desde o período republicano, sendo ultrapassados apenas pela figura do príncipe. Mas a manutenção do *status* econômico e social não colaborou decisivamente para fundir o Senado em uma atitude em que o orgulho da tradição o colocasse automaticamente em rota de colisão com o príncipe. Se recuarmos até os tempos da República, veremos que durante as guerras civis facções internas da ordem se digladiaram tendo à frente de si líderes que ensaiavam o domínio do poder pessoal sobre Roma. Por trás dos desentendimentos aflorados, o Senado revelava sua tendência à cisão que sacrificava a instituição em favor de interesses particulares, e se os embates violentos que opuseram os populares e a *nobilitas* encontraram termo com o estabelecimento do novo regime, permaneceu a inclinação para o estabelecimento de grupos de entendimentos em torno de objetivos distintos.

Essa propensão que descaracterizou o Senado como possível grupo fechado de oposição ao novo regime foi potencializada pelas necessidades impostas pela nova realidade política que o Principado encarava, a qual demandava uma profissionalização dos elementos que compunham os quadros administrativos do império, senão vejamos:

A hierarquia no interior da ordem senatorial não derivava de um agrupamento dos seus membros de acordo com critérios étnicos ou regionais, mas do estatuto dos cargos que o senador podia alcançar através das diferentes oportunidades do *cursus honorum*. A carreira senatorial diferenciava-se agora do *cursus honorum* republicano, devido à criação de numerosos novos cargos ao serviço do imperador (ALFÖLDY, 1989 p. 135-136).

Recrutado da ordem equestre, que alimentava o Senado, e entre as famílias senatoriais tradicionais, o funcionalismo administrativo conformava-se em um grupo de apoio e prestação de serviços ao príncipe. Diante disso, automaticamente fica caracterizado outro grupo que não participava da administração ou votava apoio ao príncipe, e, ainda que ambos conservassem um apelo às tradições republicanas, não estavam em condições ou tinham interesse de expressá-lo com a mesma intensidade. Em relação às distintas posições no interior da ordem, temos uma amostra pontual que ilustra bem a questão:

O *princeps* dispunha, de facto, de um poder ilimitado: não havia no Estado romano outro poder que pudesse ser exercido como alternativa ao do imperador. O modo como os contemporâneos olhavam essa posição de poder é exemplificada pela narrativa de Tácito sobre o comportamento do “fraco” Cláudio, quando os senadores conservadores se opuseram ao seu programa de acesso da aristocracia gaulesa aos cargos senatoriais: ouviu as várias opiniões, não se deixando porém influenciar, e logo as contradisse, levando o Senado a decidir então em favor de sua proposta (ALFÖLDY, 1989 p. 116).

A leitura de Tácito feita por Alföldy mostra-nos que havia durante a dinastia júlio-claudiana um grupo de senadores tradicionalistas que não aceitavam o incremento de provinciais aos quadros da ordem. Deixa transparecer também a presença dos grupos de apoio ao príncipe que o auxiliavam na tomada de decisões, o chamado *consilium principis*. Havia também os *legati Augusti* que comandavam legiões e governavam províncias em nome do príncipe, e, oriundos de províncias, grupos de senadores influentes dentro da ordem (ALFÖLDY, 1989).

Antes de prosseguir, precisamos relembrar que a ordem senatorial era uma instituição dotada de um estatuto social e jurídico baseado em tradições e leis. Até agora tratamos de apontar que tanto a orientação dos costumes quanto a legal não estabeleceu um

caráter homogêneo à ordem durante o Principado. Diante disso, procuraremos entender melhor o funcionamento institucional e a ação dos elementos em seu interior para tentarmos evitar o uso de explicações generalizantes que não contribuam para uma compreensão mais acurada do Senado romano em determinados períodos do Principado.

Como vimos, o Senado não era uma instituição coesa, mas sim eivada de interesses particulares, por isso interessa-nos aqui compreender em que medida as pessoas agem segundo suas opiniões e quando o fazem segundo os estatutos institucionais. Sobre estas reflexões em relação à ordem senatorial, dialogaremos com Douglas (2007), cujo aporte antropológico apresenta-se como uma importante contribuição para nosso tema. Em *Como as instituições pensam*, a autora pretende discutir principalmente “até que ponto o pensamento depende das instituições” (2007, p. 21). Essa questão colocada para nossa pesquisa em relação ao Principado, ao Senado e a Plínio, o Jovem, cujo *Panegírico de Trajano* oferece uma leitura pessoal e tributária de seu contexto, permite-nos uma tentativa de aprofundamento da análise, evitando a construção da imagem de Plínio, o Jovem como simples porta-voz da opinião senatorial sobre o regime dos príncipes.

Uma das principais questões que envolveram os senadores durante o Principado girava em torno da perda da *libertas* republicana. O conceito de *libertas* comportava os direitos pessoais e políticos do cidadão (MENDES, 1988), os quais não estavam mais disponíveis, pois nesse período de centralização eles foram subtraídos e concentrados nas mãos do príncipe, que os redistribuía segundo sua vontade e necessidade. Um exemplo disso era a prerrogativa do príncipe de indicar seus candidatos às magistraturas, que eram prontamente ratificados pela cúria diminuída diante do poder imperial. Aqui vemos claramente os elementos de uma instituição submetidos ao poder maior de outra instituição. Nesse sentido, Douglas argumenta que, sob uma coerção muito forte, não resta à pessoa senão obedecer, porém isso não deve servir de exemplo para explicar todas as situações semelhantes, sob pena de se entender “os seres humanos como agentes passivos, que atuam sob uma coerção mais ou menos completa” (2007, p. 44). O Senado reagiu à dominação dos príncipes em vários momentos e de formas distintas. Em momentos de tirania conspirou para derrubá-los, o que ocorreu contra Domiciano, abrindo caminho para a instauração da dinastia dos Antoninos. E mesmo sob estes últimos, período tido como de

restauração senatorial, a oposição foi exercida, como atesta o próprio *Panegírico de Trajano*, no qual, em meio aos elogios, aparecem conselhos a Trajano para que respeite a vida dos romanos (PLINE LE JEUNE, 1972, p. 67). Essa preocupação de Plínio parece um alerta para o príncipe, pois era preciso “vencer nele não somente a tentação, mas a consciência de sua própria tirania” (MICHEL, 1969, p. 89). O referido conselho é permeado por uma ameaça, o risco de cair em desgraça com os deuses que favorecem o príncipe. Nesse conselho é evocada também a República, e essas duas forças – a religiosa e a política – representam valores caros aos romanos, sobretudo àqueles da ordem senatorial que os desempenhava. Então, chamar o príncipe a respeitar a vida sob essas bandeiras foi uma forma de demandar a obediência de Trajano, se não ao senado, ao menos aos valores senatoriais e religiosos. Era uma forma de também lembrar ao príncipe de exercer uma das virtudes mais caras aos romanos, a clemência. Virtude essa que para eles era a base moral do governante, que não deve usar a severidade para agir, mas sim uma superioridade espiritual fundada na razão (MICHEL, 1969).

O modelo de governo republicano era entendido na antiguidade por seus componentes e seus analistas como motivo do sucesso de Roma sobre o mundo mediterrâneo. Políbio (*História Universal*, VI, 6 e 7, apud PINSKY, 2009) credita esse sucesso ao equilíbrio proporcionado pelo exercício de poder dividido entre consulado, senado e assembleias populares. Os senadores defendiam esse sistema por estar fundado no *mos maiorum*, que era a observância dos costumes dos antepassados como base da grandeza do Estado romano (PEREIRA, 1987). Na época imperial, o apelo ao *mos maiorum* estava representado em tendências republicanas dos senadores, que, diante da impossibilidade da restauração da República, reclamaram ao menos os seus valores. É o que aparece no *Panegírico de Trajano*, uma construção da figura do príncipe ideal envolto no *mos maiorum*, cujo conceito envolve entre outros a valorização da cidadão-soldado.

Eu falarei da admiração entre nossos soldados; como a conquistaste? Eles partilhavam contigo as privações. Contigo a sede; nos exercícios sobre o campo de manobras, tu, em meio aos esquadrões de soldados, misturava a poeira e o suor imperial; sem outra distinção além de tua força e superioridade, sem nenhuma etiqueta, da mesma maneira que lançava ao longe os dardos recebia aqueles que te eram lançados; tu te alegravas e comemoravas cada

vez que teu elmo ou teu escudo era tocado com mais vigor (PLÍNIO, O JOVEM, *Panegírico de Trajano*, 13, 1).

A exaltação do soldado está inserido na valorização do *mos maiorum*, no qual a simplicidade de uma existência rústica era a recordação do passado romano, comportamento que foi a base e a força com a qual os antepassados se lançaram à conquista do mundo e evoca também o cidadão-soldado que traz para si e para Roma a glória das vitórias. Essa estratégia de Plínio, o Jovem busca adequar a figura do príncipe a uma visão senatorial de mundo considerada correta e necessária. Isso se aproxima da afirmação de Douglas: “a maior parte das instituições mais estabelecidas, quando desafiadas, [são] capazes de concatenar suas reivindicações à legitimidade com sua adequação à natureza do universo” (2007, p. 56). Completando esse raciocínio a autora afirma ainda que “uma resposta só parece ser correta quando apoia o pensamento institucional que já se encontra na mente dos indivíduos enquanto eles procuram chegar a uma decisão” (DOUGLAS, 2007, p. 18).

Conforme dissemos acima, a autora busca entender as relações estabelecidas entre o pensamento individual e as instituições, e a resposta por ela proposta é: “as instituições dirigem sistematicamente a memória individual e canalizam nossas percepções para formas compatíveis com as relações que elas autorizam” (DOUGLAS, 2007, p. 98). Portanto, no *Panegírico de Trajano*, Plínio, o Jovem exalta a figura de um príncipe alinhada a modelos estabelecidos tradicionalmente pelo Senado, propondo assim uma relação de interdependência entre indivíduo e instituição, pois o primeiro atua como agente de perpetuação dos conceitos que dão vida à segunda, que não pode gozar senão de corpo de conceitos e ideias em processo constante de transformação.

Sob esse ponto de vista, temos um enriquecimento da leitura do *Panegírico de Trajano*, em que a concepção de Plínio, o Jovem a respeito do príncipe ideal alinha-se às regras institucionais da ordem senatorial. Mas, como dissemos, estas são baseadas em ideias e conceitos em transformação, por isso importa, para aprofundarmos nosso estudo, analisarmos mais de perto a vida e a carreira de Plínio, o Jovem que ilustrou a figura do príncipe ideal respaldado nos costumes ancestrais valorizados pela aristocracia romana que compunha o Senado.

INTERSECÇÕES DE UMA VIDA POLÍTICA

Passando da ordem para um de seus elementos, veremos que a vida de Plínio, o Jovem é exemplar de um senador que foi o dirigente de um círculo cultural e político e amigo íntimo de Trajano, ilustrando a ótica do imperador, sobretudo a ideologia de um grupo senatorial de conciliação permanente entre a cúria e o príncipe, buscando legitimar a política do César e orientar os interesses senatoriais. Tracemos então as linhas gerais de sua vida e carreira política.

O autor do *Panegírico*, mais famoso, porém, por suas *Cartas*, ocupa, ao lado de Trajano, posição central em nossa pesquisa. Sua trajetória política vincula-se de forma estreita com a organização política e social do Principado. Caius Plinius Caecilius Secundus era sobrinho de Plínio, o Velho, Caius Plinius Secundus, e deveu sua educação a este e a Quintiliano. Nascido na Itália setentrional em 62 d. C., Plínio era de origem equestre, uma das ordens superiores da sociedade romana (ALFÖLDY, 1989), imediatamente inferior à ordem senatorial. Como já dissemos acima, essa ordem era composta por indivíduos enriquecidos originariamente em ramos comerciais da economia e que posteriormente asseguravam sua posição adquirindo terras. Chastagnol (1992) chama a atenção para essa característica da ordem equestre, lembrando que Plínio era oriundo da “burguesia” da cidade de Como, no norte da Itália. A própria fortuna de Plínio era constituída de propriedades rurais espalhadas pela Itália, as quais eram muito bem administradas por ele (HARVEY, 1987). Foi também advogado, profissão na qual demonstrou seu talento oratório. Em relação a sua carreira política, foi tribuno militar, questor, cargo que significou sua ascensão à ordem senatorial, mas para essa elevação ao *ordo senatorius* também concorreu a sua adoção por parte de seu tio, adoção que lhe rendeu terras além das herdadas de seu pai e do irmão mais velho. Seu patrimônio aumentou também por três casamentos (CHASTAGNOL, 1992). Plínio foi também pretor, tribuno da plebe (SOUZA, 2010), prefeito do tesouro, curador do Tibre, *augur* e governador da Bitúnia de 111 d. C. até 113 d. C., provável data de sua morte. A vida política de Plínio guarda um episódio que ilustra a relação de apoio imperial para com os cavaleiros. Por recomendação do imperador Domiciano, de quem era secretário, ele se torna *seuir* dos cavaleiros aos 27 anos, antes de exercer a questura (CHASTAGNOL, 1992). O apoio imperial permitiu pular etapas obrigatórias do *cursus honorum* e galgar as magistraturas mais altas.

Sobre seu governo na Bitínia, lembramos que essa província, situada no norte da Ásia Menor, era até 111 d. C. administrada pelo Senado, mas a partir desse ano passou às mãos do príncipe, vindo a ser administrada por meio dos legados imperiais, *legatus augusti*. Plínio foi o primeiro deles (PETIT, 1989). Michel (1969) diz que as funções governamentais de Plínio na Bitínia eram exercidas por meio do cargo de procônsul. Dessas duas nomenclaturas apresentadas pelos autores citados, emerge, de certa forma, a questão relativa aos critérios jurídicos durante o principado. A ideia de legado imperial apontada por Petit (1989) parece-nos estar mais ligada à administração pelas relações de *amicitia*, estabelecidas nesse caso entre Plínio e Trajano.

Conforme Alföldy (1989), o interior do Senado era composto por grupos de apoio e de oposição ao príncipe, e a posição de Plínio, o Jovem como conciliador entre os interesses da cúria nos impõe a necessidade de compreender sua atuação, que na verdade não exprimia uma devoção completa aos valores tradicionais do Senado, mas sim uma leitura destes em conformidade com as circunstâncias impostas pela realidade política vigente e certamente também pelos seus interesses pessoais. Portanto, temos uma instituição com suas regras e valores, e, dentro dela, grupos que podiam rivalizar-se entre si quanto ao cumprimento dessas regras, e ainda, no interior desses grupos, indivíduos que, obedecendo ou desrespeitando as regras institucionais, atuavam de acordo com as demandas de seu contexto e anseios. Esse quadro nos aproxima das ideias de Bourdieu (2007), que recomenda evitar uma leitura da obra e autor deslocados de seu ambiente de produção. Isso, em relação ao *Panegírico de Trajano*, possibilita-nos ultrapassar um estudo que viria a reproduzir o discurso proposto pelo autor. Em *A economia das trocas simbólicas*, Bourdieu (2007) critica análise em que haja demasiada valorização da classe social do escritor. Transposta para nossa discussão, essa crítica atingiria uma argumentação que determinasse a leitura do *Panegírico de Trajano* somente a partir da visão generalizante que pudéssemos ter da ordem senatorial. Para evitar esse erro, Bourdieu propõe que autor e obra sejam inseridos no

campo ideológico de que fazem parte e que exprime, de uma forma mais ou menos transfigurada a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político, cabendo uma posição determinada à fração intelectual e artística (2007, p. 184).

A partir do trecho citado observamos que o autor compreende dentro de uma instituição um conjunto de lugares em que obra e autor podem se posicionar. Diante disso, procuremos observar a carreira política de Plínio, o Jovem. Oriundo da ordem equestre, ele multiplicou sua riqueza principalmente baseando-a em bens fundiários, hábito típico da aristocracia senatorial que era absorvido pelos cavaleiros. Ainda sob a dinastia flaviana, que perseguia membros da cúria, em especial estoicos (ENGEL, 1978), cuja filosofia Plínio, o Jovem comungava, ele teve acesso à ordem senatorial sob o beneplácito de Domiciano, o imperador que ele mais duramente critica nas comparações com o ideal de príncipe personificado por Trajano em sua obra. Sob o governo deste último, Plínio, o Jovem atua como conciliador de interesses entre o César e o Senado, alcança o consulado e encerra sua carreira política como governador de uma província, ambos os cargos desempenhados com indicação de Trajano.

Essa síntese da trajetória de Plínio, o Jovem demonstra que ele agiu durante sua carreira política a partir de uma postura de entendimento com o poder do Principado e de discrição dos ideais políticos da ordem em momentos em que estes o colocariam em risco (HARVEY, 1987), deixando que estes aflorassem em momentos de maior liberdade, o que ocorreu sob a dinastia dos Antoninos, sob a qual ele pôde expressar seus elogios e conselhos a Trajano. Como senador, Plínio, o Jovem não expressou todo o apego às tradições que caracterizavam a orientação republicana de sua instituição; antes disso, acautelou-se, esperando tempos de liberdade. Quando estes vieram, imbuído do estoicismo, ele celebrou em sua obra a imagem de um príncipe revestido das virtudes morais preconizadas pela filosofia do pörtico. Em nenhum dos dois momentos Plínio, o Jovem agiu totalmente de acordo com os valores senatoriais herdeiros da tradição republicana, os quais eram inconciliáveis com a política de seu tempo, que demandava a concentração de poder nas mãos do príncipe. Insistir cegamente nos valores ancestrais seria arrastar a cúria para conspirações que, apesar de terem posto fim a governos tirânicos, colocavam o império em momentos de crise, das quais poderiam advir guerras civis em busca do poder. Ciente do contexto em que viveu, Plínio, o Jovem ocupou posições dentro da instituição senatorial sob a égide do Principado. Diante desses fatos, estabelecer uma visão dele simplesmente como porta-voz do Senado seria agir em detrimento de uma análise mais acertada, que apontaria a singularidade dele e de sua obra no contexto do Principado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a época do Principado, a ordem senatorial não pôde manter a posição que ocupara durante a República, quando os membros da aristocracia oligárquica fundiária governaram Roma. No entanto, apesar de ter seus interesses limitados pelos ditames dos príncipes, que passaram a concentrar em suas mãos o poder do império, essa instituição manteve sua importância, pois era de seus quadros que surgiam os membros do funcionalismo da administração imperial – eram eles inclusive os elementos em cuja riqueza e importância apoiavam-se as políticas dos céсарes. Porém esse amparo e essa conciliação política só eram possíveis a partir de um tenuous equilíbrio entre o poder do príncipe e a autoridade do Senado. Diante dessa frágil estabilidade que frequentemente era rompida, grupos eram formados dentro da ordem em favor ou contra os interesses imperiais. Cientes dessa segmentação no interior da instituição senatorial, buscamos propor uma análise, aqui apenas esboçada, que busque compreender como Plínio, o Jovem, a instituição senatorial e os grupos no interior dela se organizaram e se orientaram dentro de um contexto político no qual o novo regime não pôde abrir mão das instituições precedentes.

FONTE

PLINE LE JEUNE. *Panegyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

REFERÊNCIAS

- ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOWDER, D. *Quem foi quem na Roma antiga*. São Paulo: Art, 1980.
- CHASTAGNOL, A. *Le senat romain à l'époque imperiale*. Paris: Les Belles Lettres, 1992.
- DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- ENGEL, J. M. O Alto Império. In: ENGEL, Jean-Marie; PALENQUE, Jean-Rémy. *O império romano*. São Paulo: Atlas, 1978.
- HARVEY, P. *Dicionário Oxford de literatura clássica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- MENDES, N. M. *Roma republicana*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. O sistema político do Principado. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco (Orgs.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória:

EDUFES, 2006.

MICHEL, A. *La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc Aurèle*. Paris: Armand Colin, 1969.

PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica: cultura romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PETIT, P. *A paz romana*. São Paulo: Pioneira, 1989.

PINSKY, J. *100 textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, D. A. *A representação do homem político no principado romano: uma leitura das cartas de Plínio, o Jovem (96–113 d.C.)*. Assis, 2010. Dissertação [Mestrado em História] – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.